

## PROCESSO 103 /2024

### EDITAL DE LEILÃO N° 002/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE MG**, por meio de seu Leiloeiro, Sr. Paulo Jorge Lopes Alves Cardoso, designado (a) pela portaria nº 291/2024, torna público para o conhecimento de todos os interessados que realizará a licitação na modalidade **LEILÃO ELETRÔNICO**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações complementares, do Acordo de Cooperação Técnica para Utilização de Sistema Informatizado de Licitações, firmado com a **LICITANET**, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, destinado a venda de veículos, do tipo maior lance, de acordo com as condições que seguem:

---

#### DA DATA, HORA E LOCAL DO LEILÃO

---

**Critério de Julgamento:** Maior Lance

**Início do acolhimento das propostas eletrônicas:** 14/11/2024

**Fim do acolhimento das propostas eletrônicas:** até as 08h30 do dia 19/11/2024.

**Início da Sessão Pública para Lances:** A partir das 08h30min do dia 12/12/2024.

**Prazo para os lances:** Serão 10 minutos para cada veículo

**Site:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), devendo com antecedência proceder o cadastramento junto ao mesmo, estando ciente das normas por ele impostas.

**Os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF)**

---

#### 1. DO OBJETO E DO VALOR MÍNIMO DE ALIENAÇÃO

---

1.1. O objeto do presente Leilão é a Alienação de Bens definidos no Termo de Referência Anexo I:

1.1.1. Os Itens são de propriedade do município de Nova Ponte MG, levando-se em conta o valor mínimo de alienação, conforme expresso no Estudo de Avaliação e relação anexa a este ato convocatório.

1.1.2. Os valores e detalhamento dos bens moveis estão dispostos no **TERMO DE REFERÊNCIA**, parte integrante deste edital.

1.2. Todos os itens mencionados no ANEXO I serão vendidos no estado de conservação e condição em que se encontrarem. Portanto, os mesmos poderão ser visitados previamente pelo interessado, não cabendo a respeito deles quaisquer reclamações posteriores quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas. As visitas poderão ser agendadas através de contato telefonico da Prefeitura de Nova Ponte MG por meio do telefone (34) 3356 8050 ou pessoalmente de **segunda a sexta-feira** no horário compreendido **das** 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00h. Responsável Sr. Gustavo Naves Borges Gonçalves.

1.3. – A especificação dos itens poderá ser retificada, caso seja necessária, no momento do Leilão, no sentido de eliminar possíveis distorções e/ou suprir omissões.

---

## **2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

---

2.1. Os interessados poderão participar do presente leilão exclusivamente por meio da internet, sendo os lances registrados no portal [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

2.1.2. Para a participação no presente leilão é obrigatório prévio cadastro do interessado no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), com preenchimento de todos os dados requisitados, conhecer e aceitar as políticas de privacidade, e encaminhar os documentos necessários para a habilitação através do sistema descritos abaixo:

### **2.2. Se pessoa física:**

2.2.1. Documentos de identificação – CPF e Carteira de Identidade – RG ou a CNH.

2.2.2. Comprovante de endereço atualizado.

2.2.3. Declaração que não contrata menor.

### **2.3. Se pessoa jurídica:**

2.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

2.3.2. Documentos de Identidade e credenciamento do representante: CPF, RG e Autorização.

2.3.3. Última alteração contratual.

2.3.4. Inscrição estadual e municipal se for o caso

2.3.5. Declaração que não contrata menor

2.3.6. Comprovação de regularidade com a seguridade social

2.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

2.3.8. O envio dos documentos elencados no item 2.2 e 2.3 deverá ocorrer exclusivamente através do site da LICITANET até o dia e horário previstos neste Edital

2.4. Todos os procedimentos para o referido cadastro estarão no site.

2.5. Serão aceitos lances online (via internet) apenas daqueles que estiverem devidamente cadastrados no site.

2.6. Os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de recusa do leiloeiro, por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências no portal eletrônico, posto que a internet eo site são apenas facilitadores de oferta, devendo o participante verificar se os lances foram computados nos lotes de seu interesse.

2.7. Ao optar por esta forma de participação no leilão, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

2.8. Poderá participar deste leilão qualquer interessado (pessoa física ou jurídica), ressalvado aqueles indicados pelo item 2.9 desde edital.

**2.9. Não poderão participar do leilão, direta ou indiretamente:**

2.9.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.3. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

---

**3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

---

3.1. Qualquer pessoa poderá questionar ou impugnar este Edital de Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciá-lo até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Leilão.

3.2. Caberá ao Leiloeiro decidir sobre a petição de esclarecimento ou de impugnação **no prazo de até 03 (três) dias úteis após o seu recebimento**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme preconizado pelo art. 164 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

3.3. As impugnações, os pedidos de esclarecimento sobre o edital, ou dúvidas de ordem técnica poderão ser realizadas exclusivamente:

3.3.1. Diretamente no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

3.4. Dúvidas comuns, sem necessidade de expedição de documentos, poderão ser esclarecidas por meio dos telefones (34) 3356 8050 ou pessoalmente de **segunda a sexta-feira** no horário compreendido **das 09:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00h**.

3.5. No campo “Esclarecimentos do Edital” no *site* da **LICITANET**, serão disponibilizadas, além das respostas às consultas e questionamentos, todas as informações que o Leiloeiro julgar

importantes, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo frequentemente durante todo o certame.

3.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, salvo se o acolhimento e alteração do edital não comprometer a elaboração das propostas e documentos de habilitação.

3.7. Ocorrendo impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na legislação vigente.

---

## 4. DO CREDENCIAMENTO

---

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do leilão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao site da LICITANET através do menu “credenciamento – interessados (fornecedores).

4.1.1. As empresas devem solicitar o seu cadastro junto à plataforma, no mínimo, 24h (vinte e quatro) horas antes do horário consignado para a abertura da sessão.

4.1.1.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Leilão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do interessado.

4.1.2. A Prefeitura de Nova Ponte MG não se responsabilizará por quaisquer situações adversas ocasionadas por requerimentos que tenham sido protocolados em período inferior ao estabelecido pelo item anterior.

4.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Prefeitura de Nova Ponte MG ou a LICITANET, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica para o interessado:

4.3.1. Presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Leilão na forma eletrônica;

4.3.2. Obrigação pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e propostas;

4.3.3. Dever de acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.4. As informações e/ou alterações relativas ao credenciamento e a outras dúvidas sobre o sistema

poderão ser obtidas através da Central de Atendimento da [LICITANET](#).

4.5. O interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

---

## 5. DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO PÚBLICA

---

5.1. No dia, hora e local marcado no preâmbulo deste edital dar-se-á início a leilão propriamente dito.

5.2. Os interessados na aquisição dos bens deverão realizar o envio da proposta eletrônica dos itens que deseja participar, exclusivamente através do site da [LICITANET](#) até o dia e horário previstos neste Edital, devendo o interessado confirmar em campo próprio do sistema.

**5.3. Apenas aos interessados, devidamente credenciados na forma do item 4 e com proposta cadastrada no item antes do início do leilão, será permitido ofertar lances.**

5.4. O leilão será conduzido pelo servidor designado pela administração e indicado no preâmbulo deste edital.

5.5. Passado o credenciamento dos participantes, o leiloeiro abrirá o leilão com o **valor mínimo de venda conforme avaliação** e especificado no edital e não será levado em conta qualquer lance inferior a este valor.

5.5.1. O critério de julgamento deste certame será o de **MAIOR LANCE** por item.

5.5.2. Os interessados deverão ofertar seus lances considerando o valor total que será pago.

5.6. A participação no leilão implica o conhecimento e aceitação, por parte dos interessados, das exigências e condições estabelecidas neste edital.

**5.7. Os valores apresentados no Estudo Avaliatório correspondem ao valor mínimo de venda previsto pelo Comitente/Vendedor, devendo o valor final apurado para cada lote do leilão passar por homologação/aceitação do Comitente.**

5.7.1. O interessado somente poderá oferecer lance de valor superior ao último e por ele ofertado e registrado pelo sistema;

5.7.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e crescentes, superiores à proposta de menor preço

5.7.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais.

5.8. Caso seja encerrada a fase de lances e a interessada divergirem com o exigido, o leiloeiro poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os automaticamente caso a interessada permaneça inerte;

5.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.13. O Leiloeiro se reserva no direito de, constatada alguma irregularidade, voltar o referido lance dando igualdade de condições a todos os interessados.

**5.14. Caso o bem não receba oferta de lances até a abertura da sessão, o mesmo será classificado como deserto.**

5.15. O arrematante que descumprir com as obrigações e pagamento poderá ter o seu cadastro bloqueado e impossibilitado de participar de leilões.

5.16. É facultado ao Comitente e Leiloeiro, quando o arrematante não cumprir com os prazos e valores, convocar os interessados remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo edital.

5.17. É proibido ao arrematante: ceder, permutar, vender ou negociar, sob qualquer forma, o bem arrematado antes da transferência, conforme prazo estabelecido no Anexo I deste Edital.

5.18. As documentações serão emitidas em nome do arrematante, não se admitindo a interferência de terceiros ou substituição de nomes, salvo exceções comprovadas por erro de digitação.

---

## 6. DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS

---

6.1. Será considerado arrematante, o interessado que, após preenchidos todos os requisitos previstos neste edital, **ofertar o maior lance**, levando-se em conta o valor numérico da proposta.

6.2. Após encerrada a fase de julgamento, qualquer interessado poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

6.3. As razões do recurso de que trata o item anterior deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis.

6.4. Os demais interessados ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

6.5. A ausência de manifestação imediata do interessado quanto à intenção de recorrer, nos termos do

disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o leiloeiro ou servidor designado estará autorizado a adjudicar o objeto ao interessado declarado vencedor.

6.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

6.7. Declarado o vencedor, qualquer interessado poderá, **em até 10 dez minutos**, de forma motivada e em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

6.8. A falta de manifestação da intenção de interpor recurso, na forma e prazo estipulado no item anterior, implicará a decadência do direito de recurso, permitindo ao Leiloeiro adjudicar o objeto ao interessado vencedor.

6.9. A partir da manifestação da sua intenção de recorrer, lhe será concedido automaticamente o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões de recurso, deves obrigatoriamente ser apresentado através da plataforma onde ocorreu o certame.

6.10. Após a interposição das razões, os demais interessados poderão apresentar contrarrazões em igual prazo e forma, começando a contar seu prazo do término do prazo do recorrente, sem necessidade de intimação.

6.11. As razões e contrarrazões observarão os seguintes pressupostos para acolhimento:

- a) tempestividade;
- b) legitimidade recursal;
- c) interesse de agir;
- d) forma escrita e pedido de nova decisão
- e) fundamentação, com estrita conformidade com a motivação apresentada na sessão.

6.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Setor de Licitações, em dias úteis, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00 e 16h00 (horário de Brasília/DF).

6.13. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.13.1. Eventuais recursos intempestivos ou meramente protelatórios (sem o mínimo de plausibilidade) poderão ser desconsiderados pelo Leiloeiro, em seu juízo de admissibilidade e serão submetidos à análise da Autoridade Superior no momento da homologação (Acórdão n. 1440/07, TCU).

6.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.15. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.16. O resultado do recurso será divulgado mediante comunicado a todos os interessados pela plataforma onde se realizou o certame ou correio eletrônico.

6.17. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

---

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

---

7.1. Independentemente do julgamento dos recursos, e como forma de garantir celeridade ao procedimento, o arrematante provisoriamente vencedor, deverá providenciar o pagamento na seguinte condição:

Depósito Bancário ou Transferência na Conta

Caixa Econômica Federal, banco 104, agência 4345, conta corrente nº 00023-6, operação 006

**Para efeito do disposto no item 7.1.1 o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis.**

7.2. Após o pagamento o arrematante deverá retirar o veículo em até 05 (cinco) dias úteis.

7.2.1 O não pagamento no prazo estabelecido no item 7.2 deste edital torna a arrematação NULA e SEM NENHUM EFEITO, passando-se o item arrematado para os próximos colocados no certame.

7.3. Os bens arrematados somente serão transferidos ao arrematante após a efetivação do pagamento total.

7.6. As despesas, diretas ou indiretas, para a transferência dos bens correrão única e exclusivamente por conta do arrematante.

7.7. A propriedade dos bens arrematados somente será transferida ao arrematante, e em hipótese alguma a terceiros, sendo que tal transferência somente se dará após a efetivação do pagamento total.

7.8. Para retirada dos veículos, o arrematante deverá estar presente, e na impossibilidade da presença, o mesmo deverá constituir pessoa responsável através de procuração com cópia do documento de identificação do arrematante e do responsável da retirada com firma reconhecida identificando a pessoa que fará a retirada.

7.9. Em nenhuma hipótese, os itens poderão ser retirados do pátio da Prefeitura de Nova Ponte MG sem a presença do ARREMATANTE ou de pessoa legalmente constituída pelo mesmo em procuração



com firma reconhecida.

---

## **8. DA HOMOLOGAÇÃO**

---

8.1. Encerradas as etapas de recurso e pagamento, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

---

## **9. DO CONTRATO**

---

9.1. Após o julgamento dos recursos, se houver, e publicação do resultado definitivo, o arrematante, sem prejuízo do dever de efetuar os pagamentos nos prazos consignados neste edital, deverá assinar o contrato de compra e venda constante neste edital.

9.2. Somente após a assinatura do contrato o arrematante poderá se imitir na posse do bem adquirido.

---

## **10. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

---

10.1. A Prefeitura de Nova Ponte MG, poderá, a qualquer tempo, revogar a presente licitação por motivos de conveniência e oportunidade devidamente justificados, ou anulá-lo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

---

## **11. DAS PENALIDADES**

---

11.1. Os atos dos interessados e arrematantes que se enquadrem em qualquer das hipóteses especificadas pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, que, sob qualquer forma, frustrar dolosamente os objetivos do certame e seu contrato, que não mantenha sua proposta ou não efetue o pagamento nos prazos consignados ou que descumpra qualquer das cláusulas constantes do contrato a ser celebrado, estará sujeito às seguintes sanções administrativas:

11.1.1 Advertência;

- 11.1.2. Multa Compensatória;
- 11.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
- 11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a subitem 11.1.2, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

11.3. As multas compensatórias, que serão aplicadas quando configuradas qualquer das infrações administrativas elencadas pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, incidirão nas seguintes proporções:

11.3.1. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos I, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

11.3.2. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos III, V, VII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

11.3.3. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos II e de VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

11.4. A multa de que trata o item anterior será descontada dos valores pagos pelo arrematante.

11.4.1. Caso o arrematante não tenha efetuado o pagamento do valor do bem, deverá recolher a multa no máximo em 10 (dez) dias a contar da intimação para tal.

11.4.2. Não sendo efetuado o recolhimento da multa no prazo devido, será inscrita em dívida ativa e cobrada administrativamente ou judicialmente.

11.5. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, serão observadas as normas processuais administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021.

---

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

12.1. A participação neste leilão implica o total conhecimento dos termos e condições deste edital, por parte dos interessados, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

12.2. Não havendo pedido de informação, todos os interessados serão tidos como conhecedores das regras deste leilão, sendo que após ofertado lance não poderá haver desistência, sob as penas da lei.

12.3. O interessado é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

12.1.1. Serão aceitos e analisados os documentos exigidos neste Edital que contenham assinatura eletrônica.

12.1.1.1. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

12.1.1.2. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados.

12.1.1.3. Os interessados que apresentarem proposta e documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados, poderão ser desclassificados e/ou inabilitados.

12.1.1.4. No caso da apresentação de documentos na forma especificada acima, a Administração se resguarda no direito de diligenciar o documento apresentado junto ao emitente.

12.2. Salvo ressalva expressa, todos os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF).

12.3. Os prazos em horas úteis obedecem ao horário de funcionamento da Prefeitura de Nova Ponte MG.

12.4. A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O interessado, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

12.5. Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

12.6. O Leiloeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no art. 64 da Lei Federal 14.133/21.

12.6.1. O não cumprimento da diligência requerida poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

12.7. As normas previstas neste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.8. As decisões do Leiloeiro serão publicadas na AMM (Associação Mineira dos Municípios) podendo ser acessado pelo link <https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar> e divulgadas no portal de transparencia do município.

12.9. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura de Nova Ponte MG revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fatos supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

12.9.1. A anulação do procedimento induz à do contrato dele decorrente.

12.9.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

12.10. A Prefeitura de Nova Ponte MG poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

12.11.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Leiloeiro.

12.11. É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o(s) bem(ns) antes do pagamento e da extração do bem. A documentação da arrematação será preenchida e extraída, exclusivamente, em nome do arrematante identificado quando da “batida do martelo”, salvo se possuir procuração pública representativa.

12.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo leiloeiro.

12.13. Fica eleito o foro da Comarca de Nova Ponte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

12.14. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de referência;  
Anexo II – Termo de Credenciamento  
Anexo III – Procuração;  
Anexo IV – Minuta do contrato;  
Anexo V- Modelo de declaração que não contrata menores.

Nova Ponte MG, 14 de novembro de 2024.

Paulo Jorge Lopes Alves Cardoso  
Leiloeiro

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

#### Leilão de Veículos

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	ANO/MODELO	VALOR AVALIAÇÃO (R\$)
01	VW GOL 1.0L MC4, cor Branca, placa QXD 6908, chassi n.º 9BWAG45U9LT082788	2019/2020	R\$ 22.000,00
02	VW GOL1.0L MC4, cor Branca, placa QXD 6906, chassi n.º 9bwag45uxlt0800337	2019/2020	R\$ 22.000,00
03	VW GOL1.0 L, MC4, cor Branca, placa QXD 6907, chassi n.º 9BWAG45UXLT080399	2019/2020	R\$ 22.000,00
04	VW GOL TL MCV, cor Branca, placa QNJ 2330, chassi n.º 9BWAG45UXJT069402	2017/2018	R\$ 20.000,00
05	VW GOL SPECIAL MB, cor Branca, placa PVO 3175, CHASSI n.º 9BWAA45U5FP160823	2015/2015	R\$ 18.000,00
06	VW GOL1.0 MC4, cor Branca, placa QXD 6904, CHASSI n.º 9BWAG45U6LT066161	2019/2020	R\$ 22.000,00
07	I/ TOYOTA HILUX SWSRXA4FD, cor preta, Diesel, placa RTJ 9 A40, CHASSI n.º8AJBA3FS3M0304704.	2021/2021	R\$ 210.000,00
08	I/ HYUNDAI AZERA 3.0 V6, cor prata, placa PWA9F75, CHASSI n.º KMHFH41HFA441921.	2014/2015	R\$ 30.000,00
09	RENAULT/SANDERO AUT 1016V, cor branca, placa OPQ 9926, CHASSI 93YBSR6RHEJ774171.	2013/2014	R\$ 18.000,00
10	I PEUGEOT PARTNER FURG. Cor branca, placa QOC 7708, CHASSI n.º 8AEGCN6A8JG512406	2017/2018	R\$ 8.818,10
11	IVECO/WAYCLASS 70CI7HDE,	2018/2019	R\$ 90.000,00

	Cor amarela, placa QOQ 6438, CHASSI 993ZL72C01K8480989.		
12	FIAT/DOBLO GREENCAR M04, Cor branca, placa HMN 9071, CHASSI9BD22315592014113	2008/2009	R\$ 2.000,00
13	MMC 1200 OUTDOOR, Cor prata, placa NWA 6339, CHASSI n.º 93XPNK740BCB76713	2011/2011	R\$ 20.000,00
14	VW/NOVO GOL, Cor branca, placa OWV 5361, CHASSI n.º 9BWA45U9EP507780	2014/2014	R\$ 17.000,00
15	VW/NOVO GOL TL MVC, Cor Branca, placa QNJ 2532	2017/2018	R\$ 20.000,00

Leilão público para alienação de veículos inservíveis, de propriedade do Município de Nova Ponte, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

A decisão de vender veículos do município por meio de leilão é fundamentada na busca pela eficiência administrativa, no uso racional dos recursos públicos e na necessidade de otimização da frota municipal. O leilão se apresenta como uma prática recomendada e transparente para alienação de bens públicos inservíveis, depreciados ou economicamente inviáveis para manutenção, conforme previsto na legislação vigente.

## 3. JUSTIFICATIVA:

A frota municipal possui veículos que, ao longo do tempo, sofrem desgaste natural em virtude do uso contínuo, chegando a um ponto em que os custos de manutenção e operação superam o benefício econômico de sua conservação. Além disso, a depreciação desses bens pode comprometer a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, uma vez que veículos com frequentes problemas mecânicos tendem a gerar atrasos e comprometer a segurança dos servidores e usuários dos serviços públicos

## 4 GESTÃO DE CONTRATO

### 4.1 Objetivo

O objetivo do modelo de gestão do contrato de leilão é garantir que o processo de alienação de veículos do município ocorra com transparência, eficiência, segurança jurídica e em conformidade com a Lei 14.133/2021, garantindo o cumprimento das obrigações estabelecidas, a maximização da receita pública e a utilização responsável dos bens do município.

### 4.2 Princípios Norteadores

A gestão do contrato de leilão deve seguir os princípios fundamentais da administração pública e da Lei 14.133/2021, como:

**Legalidade e Transparência:** As ações no âmbito do contrato devem obedecer à legislação vigente, e todos

os procedimentos devem ser claros e acessíveis ao público.

**Eficiência e Economicidade:** Buscar a realização do leilão de forma que maximize os ganhos para o município, minimizando os custos.

**Responsabilidade e Integridade:** Garantir que todas as partes envolvidas no contrato atuem com honestidade e de acordo com as normas éticas e legais.

#### 4.3. Etapas de Gestão do Contrato

##### Planejamento do Contrato:

- **Elaboração do Edital:** O edital do leilão deve ser elaborado de acordo com os requisitos da Lei 14.133/2021, contendo informações claras sobre os bens, as condições de venda e as regras de participação.

##### Formalização do Contrato de Leilão:

- **Seleção do Leiloeiro**
- **Assinatura do Contrato**

##### Execução do Contrato:

- **Divulgação do Leilão:** O leilão deve ser amplamente divulgado, com publicação em meios de comunicação oficiais, sites de leilões e redes sociais para alcançar o maior número de interessados possível, promovendo a competitividade.
- **Realização do Leilão:** O leilão deve ocorrer nas condições previstas no edital, sob fiscalização do órgão gestor do contrato para garantir transparência e lisura.
- **Documentação e Relatórios:** Todo o processo de leilão deve ser devidamente documentado, desde a fase de lance até o fechamento do leilão e a formalização dos arremates, visando à segurança jurídica e ao controle.

#### 4.4 Monitoramento e Fiscalização do Contrato:

- **Acompanhamento do Leilão:** O gestor do contrato deve monitorar o cumprimento das condições do leilão, verificando a regularidade dos procedimentos e a conformidade com as cláusulas contratuais.
- **Controle de Recebimento de Valores:** A administração pública deve garantir que os valores arrecadados no leilão sejam transferidos aos cofres públicos no prazo estipulado, acompanhando o processo financeiro e adotando medidas em caso de inadimplência.

#### 4.5 Encerramento do Contrato:

**4.6 Relatório Final de Execução:** Ao término do contrato, o gestor deve elaborar um relatório com o detalhamento dos veículos alienados, valores arrecadados e eventuais ocorrências durante o processo.



**4.7 Arquivamento de Documentos:** Todos os documentos referentes ao leilão devem ser arquivados e disponibilizados, atendendo às exigências de transparência e publicidade.

A gestão do contrato de leilão conforme a Lei 14.133/2021 é fundamental para assegurar a transparência e a eficiência na alienação de bens públicos. A estruturação de processos de planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos resultados é essencial para que o município alcance os objetivos de economicidade e responsabilidade na gestão de seus recursos.

A aplicação rigorosa deste modelo contribui para a melhoria contínua dos processos de leilão, gerando melhores resultados financeiros e aprimorando a gestão dos bens públicos.

## **5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:**

### **a. Em se tratando de Pessoa Jurídica deve ser apresentado para participar neste Leilão:**

- Apresentar Contrato Social ou equivalente;
- Cópia da identificação de seu sócio proprietário (RG e CPF);
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Caso seja representante deve apresentar a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual seja-lhe atribuídos poderes para apresentar proposta, e representar acerca dos atos em direito admitidos e pertinentes ao Leilão, em nome do proponente;
- Apresentar declaração de que não emprega menor (art. 7º, XXXIII CF);

### **b. Em se tratando de Pessoa Física deve ser apresentado para participar neste Leilão:**

- Apresentar cópia de documento oficial com foto no qual conste o **RG e CPF**.
- Caso seja representante deve apresenta a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual seja-lhe atribuídos poderes para apresentar proposta, e representar acerca dos atos em direito admitidos e pertinentes à Concorrência Pública, em nome do proponente.

### **c. Os licitantes deverão declarar, na forma estabelecida no instrumento convocatório, as seguintes informações:**

- A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital; e
- A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras.

## **6 OBRIGAÇÕES:**

### **a. Prefeitura de Nova Ponte MG**

- Fornecer ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR, todas as informações relacionadas com o objeto do contrato.
- Fiscalizar e exigir o cumprimento de todas as obrigações do COMPROMISSÁRIO COMPRADOR;
- Cumprir e fazer cumprir todas as condições do processo licitatório e das cláusulas do Contrato

Administrativo;

- Transferir o título de propriedade e a posse do bem alienado, nos casos e prazos previstos no contrato;

**b. Da Arrematante:**

- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo COMPROMISSÁRIO VENDEDOR, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- Responsabilizar-se por todos os tributos e demais encargos diretos e indiretos incidentes sobre os bens alienados a partir da data de assinatura do presente contrato, os quais deverão ser pagos, nas épocas próprias, pelo COMPROMISSÁRIO COMPRADOR, reservando-se o COMPROMISSÁRIO VENDEDOR o direito de, a qualquer tempo, exigir a respectiva comprovação, sob pena de rescisão contratual.
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao COMPROMISSÁRIO VENDEDOR ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, em virtude da aquisição do objeto do contrato.
- Adimplir todas as suas obrigações, nos termos do processo licitatório e das cláusulas do Contrato Administrativo;

## **7 DAS SANÇÕES/PENALIDADES**

**a.** Será causa de rescisão contratual por inadimplemento sem o devido pagamento, sendo o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR constituído desde logo em mora, com a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total contratual, juros de 1% (um por cento) e correção monetária aplicada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), *pro rata die*, retendo-se ainda o percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para custeio de eventuais despesas e prejuízos causadas pelo COMPROMISSÁRIO COMPRADOR.

**b.** o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de outras legislações aplicáveis, revertendo o bem a novo leilão, do qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei n.º 13.105, de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

## **8 DISPOSIÇÕES GERAIS:**

Este termo está vinculado à Lei Federal nº 14.133/2021.

Nova Ponte MG, 14 de novembro de 2024.

Ilson Belchior Ferreira  
Sec Munc. de Adm e Finanças

---

**ANEXO II**  
**TERMO DE CREDENCIAMENTO**

---

**LEILÃO N° 002/2024**

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.  
(a)....., a participar da licitação processo administrativo n°  
103/2024 instaurada pela Prefeitura de Nova Ponte MG, na modalidade Leilão n.º002/2024 na qualidade  
de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se, formular propostas, ofertar lances  
online, renunciardireitos, desistir de recursos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Dados necessários para pessoa física:

NOME: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_ . \_\_\_\_ . \_\_\_\_ - \_\_\_\_RG: \_\_\_\_\_SSP/ \_\_\_\_\_

RUA/AV: \_\_\_\_\_Nº \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_CIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO: \_\_\_\_\_CEP: \_\_\_\_\_

TELEFONE:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail.: \_\_\_\_\_

Dados necessários para pessoa Jurídica:

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

RUA/AV: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CNPJ: ..... - IE: \_\_\_\_\_

TELEFONE:(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

E-mail.: \_\_\_\_\_

Nova Ponte MG, xxx de 2024

Diretor ou Representante Legal/Proponente

**ANEXO III**  
**PROCURAÇÃO (MODELO)**

---

**LEILÃO N° 002/2024**

Por este instrumento de procuração a empresa....., devidamente inscrita no CNPJ sob o nº....., com sede à Rua/Av....., N°....., Cidade....., Estado..... neste ato representado pelo Sr....., brasileiro, solteiro/casado, portador do CPF ..... RG....., residente e domiciliado na Rua....., nº....., cidade; .....estado....., Representante legal da empresa, nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. ...., portador do RG....., CPF ....., aos quais concede poderes especiais para representá-lo junto a Prefeitura de Nova Ponte MG, com poderes para praticar todos os atos referentes ao Leilão 002/2024, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recursos, renúncia de direitos.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa  
CNPJ nº

**ANEXO IV**  
**CONTRATO Nº XXX/2024**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE N.º 103/2024**  
**LEILÃO Nº 002/2024**

Pelo presente instrumento, compareceram, de um lado, MUNICÍPIO DE NOVA PONTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.159.905/0001-74, com sede na Praça dos Três Poderes n.º 1.001, representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Ilson Belchior Ferreira, doravante designados simplesmente “**COMPROMISSÁRIO VENDEDOR**” e, do outro lado, o(a) **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXX**, com endereço/sede na rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador do RG nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** do CPF nº **XXXXXXXXXX-XX**, doravante designada “**COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**”, pelo que resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo de Compra e Venda de bens observada as disposições Lei Nacional nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas que regulam a espécie como também todas as disposições constantes no processo administrativo de n.º103/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a **Alienação de xxxxxx**, conforme Termo de Referencia (Anexo I)

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS VINCULAÇÕES**

2.1. O outorgante comprador recebe por este instrumento particular, os itens constantes no anexo I do Termo de Referencia.

2.2. São partes integrantes do presente contrato, as quais encontram-se integralmente vinculadas as partes:

2.2.1. Edital de Leilão nº 002/2024;

2.2.2. A proposta apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**;

---

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA POSSE**

---

3.1. O **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**, neste ato, declaram que receberá/m, a posse dos bens acima caracterizado, no estado em que se encontra, pelo preço certo e ajustado de R\$

\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_), de acordo com a Proposta Comercial apresentada no Leilão nº 002/2024, realizada pela Prefeitura de Nova Ponte MG.

---

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DATA E FORMA DE PAGAMENTO**

---

4.1. Em decorrência da posse ora transmitida, O COMPROMISSÁRIO COMPRADOR se obrigam a pagar à cedente, pelo bem mencionado, o valor total de R\$. ., da seguinte forma:

##### **PAGAMENTO A VISTA:**

4.1.1. O pagamento do valor previsto no item 4.1 será realizado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, devendo ser feito via depósito ou transferência para a conta bancária:

Caixa Econômica Federal, banco 104, agência 4345, conta corrente nº 00023-6, operação 006

4.1.2 Após o pagamento o arrematante deverá retirar o veículo em até 05 (cinco) dias úteis.

---

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO INADIMPLEMENTO E DA RESCISÃO**

---

5.1. Havendo atraso no pagamento, o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR será, desde logo, constituído em mora, e incidirá sobre o valor das prestações: multa de 2% (dois pontos percentuais), juros de 1% (um ponto percentual), por mês ou fração, e correção monetária aplicada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, pro rata die.

5.2. o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/ 2021, sem prejuízo de outras legislações aplicáveis, revertendo o bem a novo leilão, do qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no art. 897 da Lei n.º 13.105, de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO VENDEDOR**

6.1. Fornecer ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR, todas as informações relacionadas com o objeto do presente contrato.

6.2. Fiscalizar e exigir o cumprimento de todas as obrigações do COMPROMISSÁRIO COMPRADOR;

6.3. Cumprir e fazer cumprir todas as condições do processo licitatório e das cláusulas deste Contrato Administrativo;

6.4. Transferir o título de propriedade e a posse do bem alienado, nos casos e prazos previstos neste contrato;

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**

- 7.1. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **COMPROMISSÁRIO VENDEDOR**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
- 7.2. Responsabilizar-se por todos os tributos e demais encargos diretos e indiretos incidentes sobre o bem alienado a partir da data de assinatura do presente contrato, os quais deverão ser pagos, nas épocas próprias, pelo **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**, reservando-se o **COMPROMISSÁRIO VENDEDOR** o direito de, a qualquer tempo, exigir a respectiva comprovação, sob pena de rescisão contratual.
- 7.3. O comprador deverá assinar o contrato em no máximo 05 (cinco) dias úteis após convocação;
- 7.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **COMPROMISSÁRIO VENDEDOR** ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, em virtude da aquisição do objeto deste contrato;
- 7.5. Adimplir todas as suas obrigações, nos termos do processo licitatório e das cláusulas deste Contrato Administrativo;
- 7.6. Além de promover os pagamentos, efetuar o registro da venda no DETRAN.
- 7.7. Arcar com todos os custos diretos e indiretos relacionados à transferência para a sua titularidade, tais como taxas e despesas, tributos incidentes sobre a operação e quaisquer outras que se fizerem necessárias.

---

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

---

- a. Caso o **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR** descumpra qualquer das cláusulas constantes do presente contrato, estará sujeito, independentemente da possibilidade de perda da caução concedida, às seguintes sanções administrativas:
- 9.1.1 Advertência;
  - 9.1.2. Multa Compensatória;
  - 9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;
  - 9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- b. As sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a subitem 9.1.2, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- c. As multas compensatórias, que serão aplicadas quando configuradas qualquer das infrações administrativas elencadas pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, incidirão nas seguintes proporções:
- i. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do



contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos I, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

ii. de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos III, V, VII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

iii. de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos II e de VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

d. A multa de que trata o item anterior será descontada dos valores pagos pelo arrematante.

i. Caso o arrematante não tenha efetuado o pagamento do valor do bem, deverá recolher a multa no máximo em 10 (dez) dias a contar da intimação para tal.

ii. Não sendo efetuado o recolhimento da multa no prazo devido, será esta inscrita em dívida ativa e cobrada administrativamente ou judicialmente.

e. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, serão observadas as normas processuais administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

---

## CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

---

9.1. O **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR** reconhece os direitos do **COMPROMISSÁRIO VENDEDOR**, relativos ao presente Contrato e abaixo elencados:

9.1.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/21;

9.1.2. Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso XIX do art. 92 da Lei nº 14.133/21;

9.1.3. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

9.1.4. Fiscalização da execução do Contrato.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

---

10.1. Na forma das disposições estabelecidas na legislação vigente, o **COMPROMISSÁRIO VENDEDOR** designará servidor específico para tal fim, para a fiscalização deste Contrato Administrativo, tendo poderes, entre outros, para notificar o **COMPROMISSÁRIO COMPRADOR** sobre eventual descumprimento dos compromissos assumidos pelo presente Contrato.

---

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

---

11.1. O COMPROMISSÁRIO COMPRADOR deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei nº. 14.133/21 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

12.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. Sem prejuízo da aplicação das normas previstas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.2.1. O dever de sigilo e confidencialidade permanecem em vigor mesmo após a extinção do vínculo existente entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, e entre esta e seus colaboradores, subcontratados, prestadores de serviço e consultores.

12.3. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, deterá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação, os quais serão tratados conforme as disposições da Lei nº 13.709/2018.

12.4. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

12.5. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.5.1. A comunicação não exime a CONTRATADA das obrigações, sanções e responsabilidades que possam incidir em razão das situações violadoras acima indicadas.

12.6. O descumprimento de qualquer das cláusulas acima relacionadas ensejará, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa, na aplicação das penalidades cabíveis.

12.7. Caberá ao COMPROMISSÁRIO VENDEDOR providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais aditivos.

12.8. As despesas resultantes da publicação deste Contrato e de seus eventuais aditivos, correrão por conta do COMPROMISSÁRIO VENDEDOR.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

13.1.O praz de vigência é de 02 (dois) meses contados da assinatura do contrato.

---

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO**

---

14.1 O Foro da Comarca de Nova Ponte/MG é competente para dirimir questões oriundas deste contrato,com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Nova Ponte/MG, xx xxxx de 2024.

**Ilson Belchior Ferreira**  
**Sec Munc. de Adm e Finanças**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

---

**COMPROMISSÁRIO COMPRADOR**  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

## ANEXO V

### MODELO DECLARAÇÃO QUANTO A CONTRATAÇÃO DE MENORES

Ao  
Município de Nova Ponte/MG

**LEILÃO N.º**

#### **Declaração Quanto a Lei Federal 9.854/99**

A Signatária....., neste ato representado pelo Sr....., Cédula de Identidade n.º .....CPF n.º....., residente e domiciliado na cidade de ....., Estado de ....., em atenção à solicitação contida no **LEILAO DE N.º002/2024,DECLARAMOS** que, não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, conforme disposto na Lei Federal n.º 9.854, de 27 de Outubro de 1999.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data

Nome e Assinatura